

O CONCEITO DE IMPLICAÇÃO E A PESQUISA-INTERVENÇÃO INSTITUCIONALISTA
EL CONCEPTO DE IMPLICACIÓN Y LA INVESTIGACIÓN-INTERVENCIÓN INSTITUCIONALISTA
THE CONCEPT OF IMPLICATION AND THE INSTITUTIONALIST INTERVENTION- RESEARCH

Roberta Carvalho Romagnoli

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, Brasil

RESUMO

Para analisar a implicação na pesquisa-intervenção institucionalista, aprofundo o conceito na Análise Institucional de René Lourau e na Esquizoanálise de Gilles Deleuze e Félix Guattari, buscando disjunções e interfaces entre eles. Essas vertentes visam ao questionamento das relações de poder e ao incremento da produção coletiva, mas partem de pressupostos distintos acerca da instituição e da intervenção. Se, por um lado, a Análise Institucional, embasada conceitualmente na dialética hegeliana, utiliza dispositivos analisadores para fazer surgir o *instituinte*, por outro lado, a Esquizoanálise fundamenta-se na imanência para liberar a invenção, por meio de práticas singulares, favorecendo a micropolítica. Nesse contexto, a implicação é um conceito intercessor, que instaura uma desestabilização dessas vertentes cujos efeitos tentam recuperar o coletivo e a singularidade das redes de relações construídas, seja a partir das contradições entre instituído e *instituinte*, seja a partir dos agenciamentos e da exterioridade.

Palavras-chave: metodologia de pesquisa; pesquisa-intervenção; implicação; institucionalismo.

RESUMEN

Para analizar la implicación en la investigación –intervención institucionalista, profundizo el concepto en el Análisis Institucional de René Lourau y en el Esquizoanálisis de Gilles Deleuze y Félix Guattari, buscando disyunciones e interfaces. Esas vertientes están destinadas al cuestionamiento de las relaciones de poder y al incremento de la producción colectiva, pero parten de presupuestos distintos acerca de la institución y de la intervención. Si por un lado el Análisis Institucional, está basado conceptualmente en la dialéctica hegeliana, utiliza dispositivos analizadores para hacer surgir el instituyente, por otro lado el Esquizoanálisis se fundamenta en la immanencia para libertar la invención, a través de prácticas singulares, favoreciendo la micro-política. En ese contexto, la implicación es un concepto intercesor, que instaura una desestabilización de esas vertientes cuyos efectos intentan recuperar el colectivo y la singularidad de las redes de relaciones construidas, ya sea a partir de las contradicciones entre instituido e instituyente, o ya sea a partir de las agencias y de la exterioridad.

Palabras clave: metodología de investigación; investigación-intervención; implicación; institucionalismo.

ABSTRACT

This paper analyses the concept of implication in the institutionalist intervention-research. In order to do so, it deepens this concept under Rene Lourau' theory of Institutional Analysis and that of Gilles Deleuze and Felix Gattari of Schizoanalysis, searching for disjunctions and interfaces between them. These approaches are aimed at questioning the power relations and the development of collective production, but start from different assumptions over institution and intervention. If, on one hand, Institutional Analysis, conceptually based on the Hegelian dialectic, uses analyzers devices to bring up the *instituent*, on the other hand, Schizoanalysis is based on the immanence to release the invention through unique practices, fostering micropolitics. Implication is an intercessor concept that introduces a destabilization of those approaches whose effects attempt to recover the collectiveness and the uniqueness of the built relationships networks, either from the contradictions between the instituted and the *instituent* or from agencements and exteriority.

Keywords: research methodology; intervention research; implication; institutionalism.

A proposta institucionalista: conhecimento e transformação/invenção

O institucionalismo é um movimento plural que aglomera diversos saberes e práticas sem se restringir a uma escola. Existem, sim, várias correntes institucionalistas com afinidades e diferenças teóricas, metodológicas e políticas. Baremlitt (1992) as classifica em: (a) Sociopsicanálise, de Gerard Mendel, que faz uma junção da psicanálise com o materialismo dialético, e se propõe a trabalhar as regressões institucionais do político para o psíquico buscando uma cura coletiva que permitiria a cada classe a retomada do seu poder institucional; (b) Análise Institucional, de René Lourau e Georges Lapassade, também chamada de Socioanálise que, a partir da dialética de Hegel, focaliza seu trabalho nos dispositivos analisadores para fazer surgir *o instituinte*; e (c) Esquizoanálise, de Gilles Deleuze e Félix Guattari, que vai buscar liberar o processo produtivo-desejante-revolucionário, por meio de práticas singulares, configurando o que os autores chamam de micropolítica.

Dentre essas correntes, as mais usuais em nosso país são a Análise Institucional e a Esquizoanálise. Ao apresentar René Lourau e sua obra, em conferência no evento realizado na UERJ - “O legado de René Lourau” - em maio de 2001, Hess (2004) faz a seguinte distinção: a Análise Institucional refere-se à teoria que este autor desenvolveu ao lado de Georges Lapassade, enquanto a Socioanálise refere-se ao método da Análise Institucional em situações de intervenção. Neste texto utilizo o termo Análise Institucional, embora minha proposta se refira também a situações de intervenção. Por sua vez, as ideias de Gilles Deleuze e Félix Guattari também recebem vários nomes, dentre eles, Filosofia da Diferença, Pragmática Universal, Paradigma Estético, Paradigma Ético-Estético, e não somente Esquizoanálise. Optei por usar este último termo neste texto não só porque os autores não tinham preocupação com a reprodução de nomes e conceitos, mas por ser o termo utilizado por Baremlitt (1992), um dos introdutores dessas ideias em nosso país.

Dada a grande vastidão territorial deste País e suas fortes diferenças, esse movimento possui histórias e práticas singulares que variam de acordo com as regiões. Rodrigues (2005) ressalta que, além dessas diversidades regionais, o Institucionalismo no Brasil se apresenta como um “paradigma sem passado”, pois apesar dessa perspectiva ter produzido - e produza - uma série de estudos e práticas, é rara a menção à proposta institucionalista em estudos e publicações brasileiras.

De acordo com Baremlitt (1992), para os institucionalistas, a instituição é a pedra angular da sociedade, que ocupa tanto o lugar de manutenção do já existente quanto o de sua própria transformação. Aberta às leituras transversais e enfatizando a problematização coletiva, com vistas não somente a produzir conhecimento, mas também a sustentar ações institucionais que visem a mudanças efetivas, essa perspectiva é em si transdisciplinar. Benevides de Barros e Passos (2000) pontuam que a transdisciplinaridade tem como proposta epistemológica abarcar a complexidade e a processualidade, desestabilizando as divisões entre as especialidades, analisando e subvertendo as relações de poder, e convocando a produção de outra realidade. Ou seja, o desafio institucionalista concentra-se em desmontar as dicotomias sujeito-objeto, teoria-prática, opondo-se a fronteiras rígidas na definição das disciplinas, de seus métodos e objetos de pesquisa. Nesse contexto, abordar a instituição é também abrir-se para a sua multideterminação, que se expressa em questões macropolíticas e micropolíticas, contextos históricos, inserções sociais, atravessamentos econômicos, dentre outros. Com certeza, toda essa problemática nos percorre, fala através de nós produzindo efeitos em nosso cotidiano.

Para rastrear essas forças e seus efeitos, o institucionalismo tem como modalidade de produção científica a pesquisa-intervenção, estudo que, grosso modo, é realizado em conjunto com a população pesquisada, visando à modificação processual do objeto de pesquisa, por meio de intervenções no dia a dia dos estabelecimentos. No momento em que cada vez mais a ciência pretende lidar com a complexidade, como salienta Santos (2002), a pesquisa, nesse enquadramento, se apresenta indissociada de uma intervenção comprometida a dar uma contribuição efetiva para a construção de uma sociedade mais digna, burlando os moldes iluministas que perseguem a neutralidade, a objetividade e a verdade embasada em uma postura apolítica e racional. Vale lembrar que diante dos desafios que a Psicologia - campo em que atuo - vive na atualidade - tais como a ampliação dos campos de trabalho, a atuação nas políticas públicas, a prática associada à promoção de saúde e à prevenção, entre outros - torna-se necessária a produção de conhecimentos acerca de situações cotidianas que são, em si, complexas e determinadas por uma heterogeneidade de fatores e de relações. Essa mesma necessidade emerge de outras disciplinas e campos de conhecimento.

Nessa perspectiva, os institucionalistas pretendem que a ciência contribua não só com o espaço

acadêmico, mas principalmente com as demandas sociais e com as práticas reais que se efetua e a têm como sustentação. Nesta conjuntura, um árduo esforço tem sido travado para elevar as pesquisas participativas ao *status* científico e para quebrar a hegemonia das pesquisas tradicionais vigentes, como examina Romagnoli (2009). Entre as pesquisas participativas situa-se a pesquisa-intervenção, de orientação institucionalista, na tentativa de defender a não-separação sujeito/objeto e que leva em consideração a implicação do pesquisador, a complexidade e a indissociabilidade da produção de conhecimento da atuação/intervenção. Analisando e atuando nas instituições, esses pesquisadores têm em comum a perseguição da complexidade, a postura crítica, o combate ao reducionismo, a busca da desnaturalização e, sobretudo, uma grande preocupação com a transformação dos campos em que estão inseridos.

Como nos lembra Monceau (2010), tentar transformar uma instituição é fazê-lo de dentro dela, analisando os atos cotidianos, seus dispositivos e relações. Para conhecer/intervir em uma instituição é preciso trabalhar a partir do que nos liga a ela, ou seja, nossa “implicação”, conceito que confronta abertamente as propostas apolíticas e racionais que sustentam o paradigma moderno, destacadas por Veiga-Neto (2002). Coimbra (1995), ao analisar a inserção dos cursos de Psicologia nos anos 1970 no Brasil, pontua que eles tinham também como função neutralizar questões políticas e sociais, uma vez que se centravam no indivíduo e em suas questões subjetivas, interiores e familiares - questões que continham respostas para todos os mal-estares do sujeito. Com essa forte herança entranhada em sua formação e prática, as pesquisas em Psicologia almejam a neutralidade e a explicitação de verdades acerca do seu objeto de estudo, ainda que operem, de fato, recortes sobre essa realidade, e reducionismos resguardados por correntes teóricas e por metodologias rigorosas. Na tentativa de operar na contramão dessa tendência, que ainda é majoritária no cenário acadêmico, emerge o ‘pesquisador implicado’. Implicação da qual não podemos escapar, desafio cuja análise é circunstancial e provisória, e análise que se sustenta num paradigma ético-político para o qual não há neutralidade e nem é possível fazer uma pesquisa de “fora”. Ou seja, nesta abordagem, o pesquisador ocupa um lugar privilegiado para analisar as relações de poder, inclusive as que o perpassam.

Todavia, observamos que ainda há certa confusão com o conceito de “implicação” em território brasileiro. Nesse sentido, é preciso ressaltar que na França, país de origem das correntes em questão, o institucionalismo e a pesquisa-intervenção têm outra

forma de inserção: desenvolveram-se em estreita associação com o campo da Sociologia, enquanto que em nosso país o institucionalismo é basicamente composto por psicólogos, como ressalta Altoé (2004). No meu entender, essa diferença traz reflexos na compreensão do conceito de implicação que, não raro, possui um risco de psicologização, bem como de amálgama com o senso comum. Por esse viés, o conceito pode ser confundido com engajamento, investimento, distanciando-se da sua proposta científica. Na intenção de analisar esse conceito, apresento a seguir seus enfoques na Socioanálise e na Esquizoanálise.

Socioanalistas e esquizoanalistas: pesquisadores implicados

Ao analisar a história do movimento institucionalista no Brasil, em um estudo histórico-genealógico, Rodrigues (1999) localiza sua implantação por argentinos, nos últimos anos da década de 1970. O institucionalismo foi introduzido de forma sistemática no Rio de Janeiro e em outras cidades do Sudeste, e teve como área inicial de atuação a saúde mental, defendendo uma prática grupalista, com articulação interdisciplinar e associada a setores populares. Já na década de 1980, a partir de trabalhos teóricos e de intervenção, firmam-se as abordagens destacadas neste texto. Cabe assinalar que esse movimento teve e ainda tem uma inserção heterogênea no campo “*psi*” brasileiro, fazendo-se presente não só na saúde mental, mas também na saúde, na educação, na assistência social, entre outras áreas.

Seja qual for o campo de inserção, certo é que a implicação sustenta a proposta institucionalista de pesquisa-intervenção, sendo que alguns autores reconhecem sua emergência no seio da Análise Institucional, mas também a associam com a cartografia, proposta de pesquisa-intervenção da Esquizoanálise (Kastrup, 2008; Paulon, 2005; Rocha & Aguiar, 2003). De acordo com Kastrup (2008), essa associação é feita pela noção de implicação proposta por René Lourau na Análise Institucional. Nas palavras da autora, “o que o conceito de implicação traz de mais importante é apontar que não há polos estáveis sujeito-objeto, mas que a pesquisa se faz num espaço do meio, desestabilizando tais polos e respondendo por sua transformação” (Kastrup, 2008, p. 466). Concordo que é possível fazer essa associação, mas gostaria de ressaltar a diferença de “meios”. Se para Lourau (2004b), a partir de um raciocínio dialético, o “meio” e a transformação emergem na realidade estudada através dos conflitos denunciados pelos analisadores, para Deleuze e Guattari (1995), a realidade é abordada

por imanência e exterioridade, e o “meio” emerge como a dimensão que sustenta os devires, que vai produzir agenciamentos fazendo eclodir o novo.

Lourau (1975) examina as relações sociais e os processos institucionais enfatizando a articulação entre o instituído e o *instituinte*, campo de forças analisado não somente no plano conceitual, nos três momentos da dialética hegeliana - a saber, universalidade, particularidade e singularidade - mas também associado à dinâmica do cotidiano. A abordagem do cotidiano insere esses momentos em um registro ativo, e torna possível a seguinte correlação: ao momento da universalidade corresponde a supremacia do polo do instituído, enquanto forma abstrata instituída e verdadeira; ao momento da particularidade corresponde a base social do conceito, transfigurada em forma social concreta, produzindo condições para a atuação do *instituinte*; e, finalmente, ao momento da singularidade corresponde a institucionalização propriamente dita, cujo produto, localizado em um substrato físico, possui uma organização funcional concreta. Ou seja, a instituição se encontra em algum lugar entre o revolucionário do *instituinte* e o conservador do instituído; contra as forças *instituintes* e sua rebeldia, a institucionalização busca formas mais estáveis, rígidas e duradouras; e contra o instituído e sua imutabilidade busca mudanças inovadoras nas formas até então utilizadas. Deve ficar claro que esta separação é apenas didática, uma vez que, para o referido autor, a instituição é um moto-contínuo, processo sustentado por essas forças dialéticas.

Os elementos da realidade social que manifestam com maior veemência as contradições das instituições e do sistema social são denominados analisadores, termo criado inicialmente por Félix Guattari na Psicoterapia Institucional, embora tenha sido incorporado e bastante usado na Análise Institucional. Por conseguinte, os analisadores podem ser entendidos como efeitos ou fenômenos que emergem como resultado de um campo de forças contraditório e incoerente, porta-vozes dos conflitos em assídua oposição ao harmônico e ao estático acalentados pela instituição. Os analisadores irrompem nas organizações de forma a mostrar que elas não apenas reproduzem o que já estava previsto, mas também produzem o impensado, o conflitivo, revelando a ação do *instituinte*, possibilitada pelo aflorar do negativo não integrado no equilíbrio institucional.

Para Lourau (2004b), é preciso interrogar sempre acerca dos instituídos cristalizados nos campos de investigação/intervenção, pois não há possibilidade de se efetuar uma análise neutra e apolítica de qualquer instituição. Nesse sentido, o autor defende a importância

da implicação, que rompe com a ciência instituída fundamentada no paradigma moderno. É necessário frisar que a implicação não diz respeito à noção de comprometimento, motivação ou relação pessoal com o campo de pesquisa/intervenção; ao contrário, explorar a implicação é falar das instituições que nos atravessam. Atravessamento que, segundo Lourau (1990), vai muito além da nossa percepção subjetiva, da nossa história individual e dos julgamentos de valor destinados a medir a participação e o engajamento em determinada situação. A implicação denuncia que aquilo que a instituição deflagra em nós é sempre efeito de uma produção coletiva, de valores, interesses, expectativas, desejos, crenças que estão imbricados nessa relação. Assim, é a análise da implicação que permite acessar a instituição, produzir conhecimento a partir de suas contradições: “Para agir nas instituições é preciso trabalhar a partir do que nos une a elas, nossas implicações” (Monceau, 2010, p. 14, tradução nossa.).

Ao estudar o conceito de implicação na obra de René Lourau até chegar a esse significado atual, Guillier e Samson (1997) o fazem examinando seu percurso histórico em três momentos: o ideológico-moralista; o subjetivista-voluntarista; e o tecnicista. O momento ideológico-moralista corresponde aos anos 1960-70, em que se desejava abrandar a cisão entre a academia e as práticas sociais, bastante evidente na época. Nesse período a implicação era teorizada como extensão do conceito de contratransferência institucional, procedente da Psicoterapia Institucional. A Psicoterapia Institucional foi um movimento que ocorreu depois da Segunda Guerra Mundial, na França, e influenciou fortemente a Análise Institucional, propondo outra maneira de tratar a doença mental e repensando o estabelecimento psiquiátrico com o intuito de recuperar as condições dos doentes mentais. Iniciou-se na década de 1940, em Saint Alban, com François Tosquelles, e continuou na região de Paris, já na década de 1950, na clínica La Borde, com Jean Oury e Félix Guattari afirmando que a própria instituição produzia a doença mental, com suas relações e hierarquias entre trabalhadores e usuários. Na época, os conceitos de transferência e contratransferência institucional eram muito usados. Baseados na psicanálise e na leitura do inconsciente, esses mecanismos se ampliam para além da problemática subjetiva e familiar, e abarcam questões sociais, históricas e culturais. Partilhando dessa leitura, René Lourau, nesse período, ainda associado com Georges Lapassade, defendia que toda prática social e de pesquisa é constituída de um conjunto de inserções institucionais passadas e presentes que se atualizam nas circunstâncias em que são exercidas. Nesse momento, a implicação corresponde à contratransferência institucional. Para

analisar a implicação era preciso trazer à tona o não-dito e restituir os elementos ali reunidos.

O momento subjetivista-voluntarista ocorreu nos anos 1980, no governo de François Mitterrand, quando a esquerda na França passa de uma inserção de contestação para uma inserção de gestão. É preciso salientar que o mundo acadêmico viveu, nesse período, uma grande ênfase na subjetividade, nos aspectos subjetivos, com forte presença da sociologia compreensiva, da fenomenologia e da própria psicanálise que influenciaram sobremaneira as Ciências Humanas. Esse momento histórico, segundo Guillier e Samson (1997), correspondeu à renúncia completa da objetividade e da neutralidade, e à focalização na consciência e nas questões subjetivas como dimensões presentes na pesquisa, entendida como prática social. Dessa maneira, o sujeito, portador de uma consciência, tanto é implicado com o próprio ato de escolha, exercendo dessa maneira sua liberdade com responsabilidade, quanto faz parte de uma construção coletiva permanente da sociedade, dimensões que, sem dúvida, afetam a produção de conhecimento. As maneiras de agir e de dar sentido às suas escolhas são as maneiras do sujeito se implicar, de se engajar, sendo que a implicação ainda era frequentemente relacionada com engajamento, havendo uma polissemia no uso desse termo. Essa época foi o momento em que René Lourau e seus discípulos passaram a fazer parte, de fato, da academia e a maior parte da produção dessa vertente foi no formato de teses e artigos científicos.

O distanciamento da produção coletiva e o exagero do uso do termo implicação conduziram ao momento tecnicista, em que há uma insistência na dialética do campo implicacional, com a criação também do conceito de **sobreimplicação**, definido por Lourau (1990) como a recusa em analisar as implicações a partir de um grande envolvimento com o trabalho, da necessidade de “se implicar”, comum aos intelectuais, principalmente em decorrência da década anterior. A **sobreimplicação**, outro polo da implicação, diz respeito ao movimento intencional pelo qual nos engajamos em uma instituição. A **sobreimplicação** impede que a implicação seja analisada, anestesiando os efeitos dinâmicos e processuais de nossas pertencas ideológicas, libidinais e institucionais nas situações das quais participamos. Ou seja, burlando a própria implicação. Nesse momento, o paradigma da implicação já havia confrontado, com êxito, os critérios de cientificidade instituídos - a objetividade, a universalidade e a cisão entre pesquisador e pesquisado - tornando-se indispensável a toda vertente que reconhece os fenômenos sociais como complexos, como destacam Guillier e Samson (1997).

Como vimos acima, cabe ressaltar que a implicação é, para a Análise Institucional, um campo conceitual em que as fronteiras não são fixas e nem rígidas. Esses limites são remanejados com frequência pela sua gênese teórica, que remete ao âmbito conceitual e filosófico, e também pela sua gênese social associada aos movimentos e fatos sociais concretos, numa composição dialética que imprime um caráter processual e histórico inegável e que instaura conexões e arranjos sempre provisórios.

Por outro lado, a Esquizoanálise, escrita a quatro mãos por Gilles Deleuze e Félix Guattari, tem neste último - integrante da segunda geração da Psicoterapia Institucional e fundador da clínica La Borde - sua articulação com o movimento institucionalista. Psicanalista de formação e militante político, Guattari insiste na dimensão analítica das práticas institucionais, tendo inclusive cunhado o termo Análise Institucional, retomado com significado próprio por René Lourau. Seu encontro com Gilles Deleuze lhe permitiu também teorizar e refletir acerca do seu percurso de práticas terapêuticas e militantes. Sauvagnargues (2008) afirma que Guattari fez uso de sua vida e de sua produção filosófica com o intuito de substituir a concepção clássica de sujeito, entendido como universal e a-histórico, pelos modos de subjetivação coletivos, dinâmicos e sempre políticos.

Essa leitura arremessa a subjetividade na dimensão da produção, insistindo na multiplicidade de componentes de subjetivação, que não passam necessariamente pelo indivíduo. Esses componentes são integrados por fluxos transversais que se agenciam **rizomaticamente** a outros fluxos. A subjetividade, entendida como registro humano e não-humano, se apresenta indissociável das dimensões históricas e sociais. O sujeito funciona pelos fluxos que o atravessam e dos quais ele é também resultado. Essa compreensão do subjetivo se opõe às epistemologias racionais e centradas, apostando no que se estabelece “entre” essas dimensões. Nesse percurso, o agenciamento é essencial, pois retira a subjetividade da interioridade e da fixidez, e a arremessa no coletivo e na processualidade associando planos distintos.

Deleuze e Guattari (1996) abordam a realidade e as instituições por meio de planos simultâneos de formas e forças. Com a finalidade de libertar-se de uma forma transcendente de pensar, esses planos, que possuem a mesma matéria, os fluxos, porém não o mesmo regime de funcionamento, coexistem sem determinação e hierarquia. O plano das formas ou dos modelos, também chamado de plano de organização, funciona de maneira dicotômica e dissociativa, ordenando os fluxos em segmentos e

estratos homogêneos, designando o que está instituído socialmente de forma molar. Por outro lado, o plano das forças ou da invenção, também chamado de plano de consistência, sustenta a heterogeneidade e as conexões entre os fluxos, sendo composto pelas forças moleculares e invisíveis que atravessam o campo social. É nesse plano que se dão os encontros e os agenciamentos que vão gerar novos sentidos, novas formas de expressão e promover a resistência ao que tende a se reproduzir no plano dos modelos. Vale lembrar que a distinção de regime se dá na forma de funcionamento dos fluxos: segmentar, estratificada, no plano de organização; e fluida, conectiva, no plano de consistência.

A imanência está presente em todas as realidades, em qualquer campo de pesquisa, integrando não só as instituições, mas todo e qualquer processo, toda e qualquer relação do indivíduo com os grupos e a sociedade, estabelecendo relações incessantes entre modelos, formas e forças. Esses planos são simultâneos e, em determinada situação, pode haver o predomínio de um sobre o outro, mas jamais a sua exclusão. Entre um plano e outro há interfaces, combinações de dupla articulação: de um lado, o estrato coeso e momentaneamente estanque, mas, por outro lado, ele mesmo composto por fluxos que podem efetuar agenciamentos, e tornarem singularidades, ou não, dependendo das forças que o desestabilizem. Nesse sentido, é indispensável cartografar a ligação entre os planos, entre a persistência dos modelos e a emergência da invenção, ponto nodal para o pesquisador comprometido com o processo de produção de conhecimento. Indagar e estar atento a como se dá a reprodução e a criação em determinada realidade, acerca do arranjo das formas e das forças em seu objeto de pesquisa, e em que circunstâncias e com quais cortes e conexões elas acontecem, são ferramentas úteis e fundamentais na cartografia, proposta metodológica da Esquizoanálise.

Na justaposição dos planos, no “entre”, irrompe o agenciamento, produzindo alianças e passagens entre os modelos instituídos e as invenções *instituintes*, estratos e conexões, bloqueios e fluxos. O agenciamento se engendra nas variações desse *continuum* de relações e possui duas faces: a face **maquínica**, do desejo; e a face coletiva, da enunciação. Cada uma delas voltada ora para as formas, ora para as forças, ora para os modelos instituídos, ora para as invenções *instituintes*, dependendo das composições que os fluxos estabelecem ou não nas situações pesquisadas. O encontro do pesquisador com o campo coloca em jogo essa pluralidade de fragmentos, de disjunções, de conexões transversais, captadas por meio de sua

implicação que, por sua vez, liga o pesquisador aos planos e aos agenciamentos.

Detentor de um caráter produtivo e **maquínico**, o agenciamento propicia o afloramento do desejo, em uma proliferação ininterrupta de positividade. Cabe salientar que o desejo, para a Esquizoanálise, não é pensado a partir da leitura dominante na área “*psi*” brasileira, a da Psicanálise, sobretudo a estruturalista, em que é enquadrado no âmbito doméstico a partir de formas codificadas do triângulo familiar, correspondendo à falta insistente. É sim pensado como desejo produtivo e não-restitutivo, possuindo como propriedade primordial a capacidade de conexão. Criticando os reducionismos da subjetividade realizados pela Psicanálise, e analisando os processos de controle instaurados pelo capitalismo, Deleuze e Guattari (s.d.) projetam o desejo no campo social, afirmando sua vocação libertária e sua capacidade de efetuar atos revolucionários. Formado por fluxos, por pacotes energéticos, o desejo é regido não pela lógica representativa, mas pela lógica das intensidades, das sensações, sendo **maquínico** seu funcionamento. Assim, nessa perspectiva, um dos grandes desafios para o pesquisador é estabelecer e sustentar um agenciamento maquínico e produtivo com o campo de pesquisa, ou seja, dar consistência a um agenciamento, o que significa dar passagem ao desejo, ao **maquínico**, permitindo que novas conexões se façam, transformando e sendo transformado pelo seu objeto de estudo.

Para alcançar esses deslocamentos, a pesquisa-intervenção - também chamada cartografia nessa abordagem - se sustenta na invenção e na implicação do pesquisador, baseando-se no pressuposto de que o conhecimento é processual e inseparável do próprio movimento da vida e dos afetos que a acompanham, como nos lembra Rolnik (1989). A invenção ocorre quando há a irrupção do plano das forças que se conectam nos encontros “entre” o pesquisador e seu objeto de estudo, nos agenciamentos efetuados que se firmam na tessitura do cotidiano da pesquisa. A implicação do pesquisador, por sua vez, é um dos mais valiosos dispositivos de trabalho no campo, pois é a partir de sua subjetividade que fluxos irrompem, agenciamentos ganham expressão, sentidos são dados, e algo é produzido. De fato, a implicação diz respeito ao próprio movimento da pesquisa que, nessa vertente, seria ligar-se com o “fora” das situações, agenciar.

O agenciamento corresponde a um “entre” coletivo, que convida os instituídos a se expressarem de outra forma, sem ser a configuração dominante, provocando a convergência da heterogeneidade, das diferenças. Esse dispositivo trabalha todos os fluxos

semióticos, materiais e sociais, caracterizando-se por um devir e substituindo o sistema de representação e de ideologias, presentes nos modelos instituídos, por uma reunião de singularidades, de forças associadas por um movimento coletivo, conectivo. O agenciamento, na medida em que corresponde a uma zona de circulação do desejo, possibilita o agenciar com outras forças, uma vez que todos nós somos feitos também de forças, e não somente de formas, modelos, gerando novas formas de expressão; agenciamento coletivo da enunciação que sustenta os fluxos da vida em zonas coletivas, anônimas e potentes, para fazer-se devir driblando as formas.

As relações estabelecidas nas situações de pesquisa denunciam a exterioridade de forças que incidem sobre o pesquisador e a realidade que ele se propõe a estudar, e atuam como um rizoma, de maneira transversal, ligando processualmente a subjetividade a situações, ao coletivo, ao heterogêneo, por meio dos agenciamentos. Nessa perspectiva, a implicação permite captar o aspecto “*trans*” dos planos que compõem o objeto de estudo, mediante o rastreamento dos efeitos que provoca no campo e das (des) estabilizações que o campo produz no pesquisador, pois “O ser é antes de tudo autoconsistência, autoafirmação, existência para si desenvolvendo relações particulares de alteridade” (Guattari, 1992, p. 139). Como ele possui uma subjetividade também complexa e heterogênea, composta não só pela sua interioridade, mas principalmente pelas relações que estabelece, é possível afetar e ser afetado, captar as diferenças e as homogeneizações através dos encontros com o campo, através da alteridade.

É exatamente a sustentação desse plano de forças e da alteridade que possibilita que o pesquisador produza conhecimento. Sustentar esses planos significa elucidar, nas circunstâncias singulares e provisórias de cada pesquisa, as composições e seus funcionamentos, que podem atuar a favor da reprodução, da antiprodução e/ou operar a favor de agenciamentos produtivos que promovem a invenção de novos estados. É o mapeamento desta complexidade que permite ao pesquisador desarticular as práticas e os discursos instituídos e as relações **despotencializadoras** que impedem a produção. É entre a estabilização e a **caotização** que o pensamento se exerce, que as realidades são produzidas, que a transversalidade se engendra burlando os modelos, sempre hierárquicos e classificatórios, que pressupõem obediência e reprodução. Dessa forma, a cartografia é sempre uma pesquisa-intervenção, pois é impossível, no encontro com o objeto de estudo, não haver zonas de interferências e de indeterminações, que podem, ou

não, levar a desestabilizações. Produzir conhecimento é desestabilizar, e isso é intervir. Nesse sentido, pesquisar é transformar, inventar, sempre.

Considerações finais

É necessário ressaltar que, em ambas as vertentes apresentadas neste artigo, a implicação é um dispositivo de produção de conhecimento e de transformação. Para a Análise Institucional, conforme Lourau (2004a), a implicação instaura uma dimensão de atravessamentos e transformações nas formas subjetivas e objetivas, com a certeza de que “o observador já está implicado no campo de observação, de que sua intervenção modifica o objeto de estudo, transforma-o” (Lourau, 2004b, p. 82). Assim, o importante, para o pesquisador, é o que lhe é dado a perceber/intervir por suas relações sociais e coletivas, na rede institucional. Em contrapartida, para a Esquizoanálise, a implicação tenta captar a **dessubjetivação**, a exterioridade das forças que atuam na realidade, enfatizando as conexões, os agenciamentos, como composições revolucionárias para, micropoliticamente, colocar em análise os efeitos das práticas no cotidiano institucional. Nesse sentido, “a intervenção é uma ação de intervir ou de produzir interferência, e o cartógrafo funciona aí com um intercessor” (Kastrup, 2008, p. 474). Como o pesquisador só pode inserir-se a partir de sua implicação, que remete também à sua capacidade de **dessubjetivar**, de ligar-se com alteridade, ele também possibilita que algo ocorra “entre”, catalisando agenciamentos.

Essas distinções epistemológicas ainda são, de certa maneira, necessárias, pois observo que os pesquisadores que trabalham com pesquisa-intervenção, e que atuam no dia a dia das instituições, sustentam uma produção de conhecimento não raro conflitiva e angustiante. Em minha experiência como pesquisadora/orientadora dessa modalidade de pesquisa e nas trocas de experiências com outros pesquisadores, posso afirmar que os desafios cotidianos não são poucos. Entre eles, presencio os conflitos com o campo que conduzem a reproduções, os impedimentos que muitas vezes surgem da comunidade pesquisada e inviabilizam o cumprimento do cronograma, a emergência de analisadores que não conduzem à construção de alternativas *instituintes*, mas a uma antiprodução, e a dificuldade de convocar e manter intervenções que sustentem o coletivo.

Essas dificuldades, por vezes, exigem maior rigor e precisão teórica e metodológica para seu enfrentamento, tanto perante a comunidade científica, como diante da comunidade estudada. Na academia,

é usual a presença de críticas à cientificidade e à ingenuidade desses estudos, ao mesmo tempo em que sempre corremos o risco de certo relativismo, pois não é fácil romper com as pesquisas instituídas e dominantes, que nos garantem segurança e certezas, distanciando-se da complexidade. Nesse contexto, estudos acerca dessa modalidade de pesquisa são, a meu ver, indispensáveis, pois lidam com formas de produção científica distintas: por um lado, todo um aparato de redução e segurança, calcado no paradigma moderno; por outro lado, a sustentação da complexidade e dos obstáculos, amparada nos paradigmas mais emergentes da ciência, como examina Santos (2002).

Contudo, embora tenha me centrado na demarcação das diferenças de abordagem da implicação, é necessário destacar que, no cotidiano do processo da pesquisa propriamente dito, as fronteiras entre essas diferentes formas de pesquisa-intervenção são por vezes imprecisas e usualmente se sobrepõem. Certas posturas, e não somente o conceito de implicação, têm ressonâncias, por mais que, epistemologicamente, os referenciais filosóficos e teóricos sejam distintos. No meu entender, essas ressonâncias se dão principalmente nos seguintes pontos: na premissa de que a realidade não é dada, mas construída em nossas práticas; no uso da intervenção para propiciar a transformação/invenção; na ênfase nas relações entre pesquisador e campo; na perseguição do desvelamento das relações de poder e de **assujeitamento**, entre outros. Nesse contexto, podemos nos perguntar se o próprio conceito de implicação não seria um intercessor que associa as dimensões de “fora” de cada teoria, formando um hibridismo que sugere a não separação entre as correntes institucionalistas examinadas neste artigo. A noção de intercessor investe no híbrido como espaço de criação e invenção, como aponta Deleuze (1992). Híbrido que foi criado de forma ativa pelos pesquisadores brasileiros, a partir dos encontros com seus campos de pesquisa, com seus autores de referência, em conjunto com as populações pesquisadas.

Ao analisar os atravessamentos do movimento institucionalista francês, sobretudo da Análise Institucional de René Lourau, e das práticas grupais em nosso país, Rodrigues e Benevides de Barros (2003) defendem a potência afirmativa da heterogênesse, na qual fez parte não só essa corrente, mas também o **grupalismo** argentino, em associação à singularidade brasileira. Essa heterogênesse propiciou a criação de estratégias originais, de agenciamentos, que tiveram como efeito a desnaturalização das instituições que foram colocadas em análise, constituindo a vertente de intervenção e análise grupalista-institucionalista,

dispositivo peculiar do Brasil. Nesse sentido, reiterando a impossibilidade de manter as dicotomias teoria-prática, sujeito-objeto, pesquisador-campo de pesquisa, o conceito de implicação também realiza uma heterogênesse, como a apontada pelas autoras, e instaura uma desestabilização das vertentes institucionalistas, cujos efeitos tentam recuperar o coletivo e a singularidade das redes de relações construídas, seja a partir das contradições entre instituído e *instituinte*, seja a partir dos agenciamentos e da transversalidade que daí pode surgir. Esse conceito cria, ainda, uma forma particular de se trabalhar com pesquisa-intervenção, misturando, de forma produtiva e inventiva, leituras distintas, e desvelando, assim, as diferenças que o cotidiano insiste em associar, para além das divisões da academia.

Problematizações e estudos acerca da pesquisa-intervenção que insistem na coexistência da produção de conhecimento com a intervenção, aproximando sobremaneira o campo teórico do campo prático, remetem às questões propriamente científicas, no sentido de que a ciência deve produzir conhecimento para a transformação da realidade e dos impasses daí oriundos, e não insistir em manter rupturas e reducionismos, geralmente com o objetivo de retroalimentar esse circuito. Essa indissociabilidade coopera para a formação de profissionais atentos às demandas de nosso tempo, à realidade social e suas tensões, bem como aos efeitos ético-políticos de suas inserções. Apostar na heterogeneidade do conceito e no rastreamento de como este se delinea, não só teoricamente, mas sobretudo nas nossas práticas e pesquisas, é apostar na vida que cada vez mais se precariza no espaço acadêmico, e insistir em um posicionamento político do pesquisador como agente social. Nas universidades, e sobretudo na pós-graduação, observamos que há uma tendência dos programas de seguirem uma lógica produtivista e quantitativa, sem avaliar os efeitos político-sociais dessa geração de conhecimento, em detrimento, inclusive, de uma discussão política mais ampla, como pontua Castro (2010).

Diante disso, espero ter contribuído, com este breve estudo, “para a solução de alguns impasses político-epistemológicos com que se defrontam os ‘institucionalistas’ brasileiros” (Rodrigues, 1999, p. 171). Impasses que, embora tenham sido apontados por Heliana Conde Rodrigues, no final da década de 1990, não são de modo algum anacrônicos. Ao contrário, ainda permanecem entre os que insistem na criação de um circuito de conhecimento que atue a favor da vida.

Agradecimentos

À Capes, pelo financiamento de parte dos estudos que fundamentam este texto, parcialmente desenvolvido no estágio pós-doutoral na Université Cergy-Pontoise, com a colaboração do professor Gilles Monceau.

Referências

- Altoé, S. (Org.). (2004). *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec.
- Barembliitt, G. (1992). *Compêndio de análise institucional e outras correntes*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Benevides de Barros, R. D. & Passos, E. (2000). A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(1), 71-79. Acesso em 6 de janeiro, 2006, em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-3772200000100010&script=sci_arttext
- Castro, L. R. (2010). Privatização, especialização e individualização: um outro mundo (acadêmico) é possível? *Psicologia & Sociedade*, 22(3), 622-627.
- Coimbra, C. M. B. (1995). *Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas "psi" no Brasil do milagre*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor.
- Deleuze, G. (1992). *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (s.d.). *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1995). Introdução: rizoma. In G. Deleuze & F. Guattari, *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (pp. 11-37). Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1996). 1933: micropolítica e segmentaridade. In G. Deleuze & F. Guattari, *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (pp. 83-115). Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Guattari, F. (1992). *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Guillier, D. & Samson, D. (1997). Implications : des discours d'hier aux pratiques d'aujourd'hui. *Les Cahiers d'implication*, 1(1), 17-29.
- Hess, R. (2004). O movimento da obra de René Lourau. In S. Altoé (Org.), *René Lourau: analista institucional em tempo integral* (pp. 15-41). São Paulo: Hucitec.
- Kastrup, V. (2008). O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção. In L. R. Castro & V. L. Besset (Orgs.), *Pesquisa-intervenção na infância e juventude* (pp. 465-489). Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ.
- Lourau, R. (1975). *A análise institucional*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lourau, R. (1990). Implication et surimplication. *Revue du Mauss*, 10, 110-120.
- Lourau, R. (2004a). Implicação-Transdução. In S. Altoé (Org.), *René Lourau: analista institucional em tempo integral* (pp. 212-223). São Paulo: Hucitec.
- Lourau, R. (2004b). Objeto e método da Análise Institucional. In S. Altoé (Org.), *René Lourau: analista institucional em tempo integral* (pp. 66-86). São Paulo: Hucitec.
- Monceau, G. (2010). Analyser ses implications dans l'institution scientifique: une voie alternative. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(1), 13-30. Acesso em 9 de abril, 2010, em <http://www.revispsi.uerj.br/v10n1/artigos/pdf/v10n1a03.pdf>
- Paulon, S. M. (2005). A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. *Psicologia & Sociedade*, 17(3), 16-23.
- Rocha, M. L. & Aguiar, K. F. (2003). Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(4), 64-73.
- Rodrigues, H. B. C. (1999). Notas sobre o paradigma institucionalista: preâmbulo político-conceitual às aventuras históricas de "sócios" e "esquizes" no Rio de Janeiro. *Transversões: periódico do Programa de Pós-Graduação da Esso UFRJ*, 1(1), 169-199.
- Rodrigues, H. B. C. (2005). Sejamos realistas, tentemos o impossível. In A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira, & F. T. Portugal (Orgs.), *História da Psicologia: rumos e percursos* (pp. 515-563). Rio de Janeiro: Nau.
- Rodrigues, H. B. C. & Benevides de Barros, R. D. (2003). Socioanálise e práticas grupais no Brasil: um casamento de heterogêneos. *Psicologia Clínica*, 15(1), 61-74.
- Rolnik, S. (1989). *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Romagnoli, R. C. (2009). A cartografia e a relação pesquisa e vida. *Psicologia & Sociedade*, 21(2), 166-173. Acesso em 14 de dezembro, 2009, em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000200003&lng=pt&nrm=iso
- Santos, B. S. (2002). *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento.
- Sauvagnargues, A. (2008). Un cavalier schizo-analytique sur le plateau du jeu d'échecs politique. *Multitudes*, 34, 22-29.
- Veiga-Neto, A. (2002). Olhares. In M. V. Costa (Org.), *Caminhos investigativos: novos olhares em pesquisa em educação* (pp. 23-38). Rio de Janeiro: DP&A.

Recebido em: 03/08/2011

Revisão em: 07/04/2012

Aceite em: 14/05/2012

Roberta Carvalho Romagnoli é Psicóloga, Professora do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Pontifca Universidade Católica de Minas Gerais, Pesquisadora do CNPq. Endereço: Rua Terra Nova 101/401 – Bairro Sion Belo Horizonte/MG, Brasil. CEP 30315-470. E-mail: robertaroma@uol.com.br

Como citar:

Romagnoli, R. C. (2014). O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 44-52.